

**ALFA HOLDINGS S.A.**  
Sociedade Anônima de Capital Aberto  
CNPJ/MF nº 17.167.396/0001-69  
NIRE 35 3 0002375 7

**Ata das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária realizada em 10.04.2026**

**Data, Hora e Local:** 10 de abril de 2026, às 10h, na sede social da Alfa Holdings S.A., na Avenida Paulista, nº 2.150, Bela Vista, São Paulo – SP (“Sociedade”).

**Convocação:** Edital de Convocação publicado, nos termos do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76, no jornal “Folha de S. Paulo”, edições de 10 de março de 2026, página A24; 11 de março de 2026, página A29; e 12 de março de 2026, página A23, bem como no caderno digital mesmo jornal.

**Presença e Instalação:** Acionistas titulares de ações ordinárias, representando mais de dois terços do capital social com direito de voto, e acionistas titulares de ações preferenciais, identificados na lista de presença de acionistas. Presentes também, os Srs. Marcos Lima Monteiro e Leandro de Azambuja Micotti, administradores da Sociedade, o Sr. Vanderlei Minoru Yamashita, representante da Auditoria Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, ficando, portanto, instalada as presentes Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária (“AGEO”).

**Mesa:** Marcos Lima Monteiro - Presidente. Sofia Ramos de Toledo Piza– Secretária.

**Ordem do Dia: Em Assembleia Geral Extraordinária:** **1.** Alterar composição do Conselho de Administração; **2.** Alterar o prazo de mandato dos membros da Diretoria; e **3.** Reformar e Consolidar o Estatuto Social, condicionadas à aprovação das alterações mencionadas nos itens acima; e **Em Assembleia Geral Ordinária:** **1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2025; **2.** Destinar o lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2025; **3.** Ratificar as distribuições de dividendos referentes ao 1º e 2º semestres de 2025; **4.** Definir remuneração global anual dos Administradores da Sociedade para o exercício de 2026, conforme proposta do Conselho de Administração; e **5.** Eleger os membros do Conselho de Administração.

**Disponibilização de Documentos:** Todos os documentos citados acima, incluindo as Publicações, Ata de Reunião do Conselho de Administração e a Proposta da Administração, foram colocados à disposição dos acionistas. Destacou-se ainda que, além das publicações nos jornais acima detalhados, foram realizadas as publicações tempestivas, das informações relativas à AGO e do mapa sintético de votação à distância (consolidado), por meio dos sítios eletrônicos da Comissão de Valores Mobiliários e da Sociedade, conforme exigido pelas Resoluções CVM nºs 80 e 81, e respectivas alterações.

O Presidente da Mesa realizou a leitura do mapa sintético de votação à distância (consolidado), deixando-o à disposição para análise dos presentes.

**Deliberações:** Instalada a Assembleia e após a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os acionistas:

**Em Assembleia Geral Extraordinária:**

1. Aprovaram, por unanimidade, a alteração da composição do Conselho de Administração, que passará a ser integrado por 3 (três) membros efetivos, sem a existência de suplentes, ficando, para tanto, alterados o artigo 9º, caput e os itens 9.3, 9.4 e 9.8 do Estatuto Social, que passam a vigorar com a seguinte redação:

***Art. 9 – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.** O Conselho de Administração é composto por 3 (três) membros, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, por Assembleia Geral, a qual designará também o Presidente desse órgão. Quando for o caso, em tais eleições será obedecido o disposto no artigo 141 da Lei de Sociedades por Ações.*

***9.3 -** Os membros do Conselho de Administração serão substituídos, em seus eventuais impedimentos ou ausências, por outro membro do Conselho de Administração, por eles indicado, dentre os demais membros do Conselho, mediante comunicação por carta, e-mail ou documento escrito equivalente, a ser recebida na sede social até o horário de início da reunião. A substituição poderá ocorrer para fins de formação de quórum ou para exercício do direito de voto. A acumulação de funções decorrentes da substituição não implicará na cumulação de honorários, vantagens, ou do direito de voto do substituído.*

***9.4 -** Em caso de vaga do cargo de membro do Conselho de Administração, o conselheiro substituto, designado pelo Conselho de Administração, assumirá e exercerá suas funções até a realização da próxima Assembleia Geral que, por sua vez, designará o conselheiro substituto que exercerá suas funções até o término do mandato do conselheiro sucedido. Se a vacância ocorrida for do cargo de Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral que nomear o conselheiro substituto deverá designar o novo Presidente do Conselho de Administração.*

***9.8 -** Compete ao Conselho de Administração:*

*I - fixar a orientação geral dos negócios da sociedade;*

*II - eleger e destituir os Diretores, podendo determinar que um dos Diretores eleitos seja o Diretor Vice-Presidente da sociedade, se assim julgar necessário;*

*III - fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar e solicitar informações sobre contratos e quaisquer outros documentos e assuntos;*

*IV - manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;*

*V - escolher e destituir os auditores independentes, bem como receber e analisar os relatórios, pareceres e quaisquer outros documentos por estes emitidos, determinando as providências cabíveis à Diretoria;*

*VI - emitir parecer sobre quaisquer propostas ou recomendações da Diretoria à Assembleia Geral;*

*VII - propor à Assembleia Geral a verba máxima para a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;*

*VIII – distribuir, total ou parcialmente, a verba aprovada em Assembleia Geral entre seus membros e os membros da Diretoria, individualmente, observado o item 7.4;*

*IX - autorizar a aquisição de ações da sociedade, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e, se for o caso, posterior alienação;*

*X - no interesse da sociedade, alterar a instituição depositária das ações de sua emissão, ad referendum da Assembleia Geral que se realizar posteriormente;*

*XI - autorizar a Diretoria, quando aplicável, a praticar os atos relacionados no item 10.9, letras “a” e “b”;*

*XII - avocar, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, o exame de qualquer assunto ou negócio que possa ser de interesse da sociedade.”.*

2. Aprovaram, por unanimidade, a alteração do prazo de mandato dos membros da Diretoria, que passa de 01 (um) ano para 03 (três) anos. Conseqüentemente, o artigo 8.2. do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação; e

*8.2 - O prazo do mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é de 3 (três) anos, sendo admitida em ambos os casos a reeleição de seus membros. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria poderão permanecer em seus cargos até a posse dos novos membros eleitos.*

3. Aprovaram, por unanimidade, a reforma e consolidação do Estatuto Social, que passa a vigorar com a redação constante do Anexo I à presente ata.

#### **Em Assembleia Geral Ordinária:**

1. Aprovaram, por unanimidade, as Demonstrações Financeiras da Sociedade, incluindo o Relatório da Administração e o Relatório dos Auditores Independentes relativos ao

exercício social encerrado em 31.12.2025, documentos esses publicados no jornal “Folha de S. Paulo” nas páginas 21, 22 e 23 e no Caderno Digital do referido jornal, ambos na edição do dia 26.02.2026;

2. Aprovaram a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$82.198.508,93, da seguinte forma: (a) R\$4.109.925,45 para a Reserva Legal; (b) R\$8.250.255,51, foram pagos em razão da antecipação dos dividendos aos acionistas, conforme deliberado nas Reuniões do Conselho de Administração datadas de 22.09.2025 (R\$1.228.463,13), 22.12.2025 e 15.01.2026 (R\$7.021.792,38); (c) R\$11.271.890,36 para a Reserva de Lucros a Realizar, nos termos do Art. 197 da Lei 6.404/76; (d) R\$52.661.805,46, para a Reserva Especial de Aumento de Capital; (e) R\$5.851.311,72, para Reserva Especial para Dividendos; e (f) R\$53.320,43 em decorrência dos efeitos da adoção inicial das Resoluções CMN 4.966/2021 e CMN 4.975/2021;
3. Ratificaram, por unanimidade, as distribuições de dividendos relativas ao 1º e 2º semestres de 2025, no montante de R\$8.250.255,51, conforme deliberado nas Reuniões do Conselho de Administração datadas de 22.09.2025 (R\$1.228.463,13), 22.12.2025 e 15.01.2026 (R\$7.021.792,38), os quais foram imputados ao valor do dividendo mínimo obrigatório, em cumprimento ao disposto no Estatuto Social da Sociedade;
4. Aprovaram, por unanimidade, a fixação do montante global da remuneração anual dos Administradores da Sociedade para o ano de 2026, no valor de até R\$100.000,00 (cem mil reais), em média mensal, livres de imposto de renda na fonte, conforme proposta aprovada pelo Conselho de Administração da Sociedade em reunião realizada em 26.02.2026;
5. Eleger o Sr. **Alberto Monteiro de Queiroz Netto**, brasileiro, casado, administrador de empresas, inscrito no CPF nº 843.603.807-04, portador do RG nº 075785808 IFP/RJ, com endereço comercial na Av. Paulista, nº 2.100, Bela Vista, São Paulo – SP, CEP 01310-930, como Presidente do Conselho de Administração; e os Srs. **Marcos Lima Monteiro**, brasileiro, divorciado, economista, inscrito no CPF nº 105.109.428-30, portador do RG nº 19.897.606-9-SSP-SP e **Isaac Selim Sutton**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF nº 047.010.738-30, portador do RG nº 7.386.118-2, todos com endereço comercial na Av. Paulista, nº 2.100, Bela Vista, São Paulo – SP, CEP 01310-930, como membros do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração eleitos: (i) terão prazo de mandato de 3 (dois) anos, estendendo-se até a posse dos novos membros que forem eleitos na Assembleia Geral Ordinária que se realizar no ano de 2029; e (ii) não estão impedidos, na forma da lei, para o exercício do cargo aos quais foram eleitos, e preenchem as condições prévias de elegibilidade previstas nos artigos 146 e 147 da Lei nº 6.404/761 e na Resolução CVM nº 80/2022, tendo apresentado as respectivas declarações e autorizações exigidas pela norma, as quais ficaram arquivadas na sede da Sociedade.

6. Fica consignado que não foi atingido o quórum para instalação do Conselho Fiscal, nos termos do Artigo 161, parágrafo 2º da Lei 6.404/1976.

**Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, esta ata foi lavrada, lida e achada conforme, e assinada por todos os presentes de forma eletrônica, em conformidade com a Medida Provisória 2.200-2. **Mesa:** Marcos Lima Monteiro – Presidente. Sofia Ramos de Toledo Piza – Secretária. Acionista: Banco Safra S.A., representando por seus Diretores Carlos Pelá e Leandro de Azambuja Micotti.

---

Certificamos ser a presente cópia fiel da Ata original lavrada em livro próprio da Sociedade.

---

Marcos Lima Monteiro  
*Presidente*

---

Sofia Ramos de Toledo Piza  
*Secretária*

## ANEXO I

### ESTATUTO SOCIAL DA ALFA HOLDINGS S.A.

#### **I. DENOMINAÇÃO, SEDE, PRAZO E OBJETO SOCIAL**

**Art. 1** - A ALFA HOLDINGS S.A. é uma sociedade anônima, regida pelo presente estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

**Art. 2** - A sociedade tem sede e foro no Estado e cidade de São Paulo.

**Art. 3** - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

**Art. 4** - A sociedade tem por objeto a exploração de qualquer gênero de comércio e indústria, especialmente os seguintes:

- a) atuar como representante, administradora ou procuradora de pessoas jurídicas ou físicas;
- b) assistência técnica e prestação de serviços a quaisquer empresas comerciais e industriais;
- c) quaisquer atividades conexas, acessórias ou necessárias para a consecução dos fins sociais.

**4.1** - A sociedade poderá também participar como sócia de outras sociedades, na qualidade de cotista, acionista ou de qualquer outra forma legalmente admissível.

#### **II. CAPITAL SOCIAL, AÇÕES E DIVIDENDOS**

**Art. 5** – O capital social é de R\$436.556.000 (quatrocentos e trinta e seis milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil reais), dividido em 84.682.269 (oitenta e quatro milhões, seiscentas e oitenta e duas mil, duzentas e sessenta e nove) ações escriturais, sem valor nominal, das quais 46.011.632 (quarenta e seis milhões, onze mil, seiscentas e trinta e duas) ordinárias, 14.313.881 (quatorze milhões, trezentas e treze mil, oitocentas e oitenta e uma) preferenciais classe "A" e 24.356.756 (vinte e quatro milhões, trezentas e cinquenta e seis mil, setecentas e cinquenta e seis) preferenciais classe "B".

**5.1**- Os aumentos de capital mediante emissão de novas ações serão propostos à Assembleia Geral pelo Conselho de Administração.

**5.2** - A Assembleia Geral que deliberar sobre o aumento de capital fixará o preço de emissão das respectivas ações, assim como as demais condições da emissão e de realização.

**5.3** - Em nenhum caso poderão ser emitidas ações preferenciais em número tal que, adicionado às ações preferenciais existentes, seja superior ao das ações ordinárias então existentes.

**5.4** - Os acionistas já titulares de ações terão preferência para subscrição ao aumento de capital, na proporção do número e da natureza das ações que possuem, observadas as prescrições legais.

**5.5** - A sociedade requererá ao Registro do Comércio o arquivamento da correspondente Ata de Assembleia no prazo de 30 (trinta) dias após a efetivação do aumento de capital.

**5.6** - Todas as ações serão escriturais, permanecendo em conta de depósito em nome de seus titulares, sem emissão de certificado, em uma instituição depositária, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei de Sociedades por Ações.

**5.6.1** – A instituição depositária das ações da sociedade é o Banco Santander (Brasil) S.A. (observado o disposto no item 9.9, X). Referida instituição poderá cobrar do acionista o custo do serviço de transferência de ações escriturais, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários.

**5.7**- A sociedade poderá, mediante comunicação às bolsas de valores em que suas ações forem negociadas e publicação de anúncio, suspender, por períodos que não ultrapassem, cada um, 15 (quinze) dias, nem o total de 90 (noventa) dias durante o ano, os serviços de transferência, conversão e desdobramento de ações. O disposto neste item não prejudicará o registro da transferência das ações negociadas em bolsa anteriormente ao início do período de suspensão.

**5.8** - As ações preferenciais não gozam do direito de voto e a elas são atribuídos os seguintes direitos e/ ou vantagens:

a) recebimento de dividendo por ação, pelo menos igual ao atribuído a cada ação ordinária multiplicado por 1,10 (um inteiro e um décimo) (artigo 17, parágrafo 1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações), observado o item 5.9;

b) reembolso do capital, nos casos de amortização de ações ou de liquidação da sociedade.

**5.9** – Apenas as ações preferenciais classe "A" terão direito a um dividendo anual por ação que tenha o maior valor entre: (i) o dividendo previsto na alínea a) do item 5.8; ou (ii) 12% (doze por cento) do valor da parte do capital que estas ações representem dividido pelo

número de ações desta classe. Referido dividendo será pago com preferência sobre quaisquer dividendos das ações ordinárias, observado o art. 6.

**Art. 6.** Dividendos declarados são aqueles que, propostos pela Diretoria e aprovados pelo Conselho de Administração, são ratificados pela Assembleia Geral Ordinária.

**6.1** - A sociedade pagará os seguintes dividendos:

a) Dividendos atribuídos às ações preferenciais conforme itens 5.8 e 5.9, incluídos nos dividendos obrigatórios constantes do item (b) a seguir;

b) Dividendos obrigatórios em importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no respectivo exercício, limitados ao valor realizado deste lucro líquido, conforme artigos 197 e 202, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações.

**6.2** – Poderão ser declarados dividendos intermediários semestrais a título de antecipação do dividendo anual nos termos do art. 204 da Lei das Sociedades por Ações. Neste caso, não será necessária a ratificação pela Assembleia Geral Ordinária mencionada no *caput* do art. 6.

**6.3** - Salvo deliberação em contrário de Assembleia Geral, os dividendos serão pagos no prazo máximo de 60 (sessenta) dias da data em que forem declarados e dentro do exercício social.

**6.4** - A sociedade poderá pagar juros aos acionistas, a título de remuneração sobre o capital próprio, até o limite estabelecido pelo artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, podendo imputar as eventuais importâncias assim desembolsadas ao valor dos dividendos previstos em lei e neste estatuto, observando-se o *caput* deste artigo e item 6.2.

**6.5** - Os dividendos serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridades das ações então existentes, segundo os termos da lei e deste estatuto e, quando for o caso, as resoluções de Assembleia Geral.

### **III. ASSEMBLEIA GERAL**

**Art. 7** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social; e, extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, ou na sua ausência, pelo Diretor Presidente, se não houver a designação de que trata o item 9.2.

**7.1** - Para participar de Assembleia Geral é necessário ser acionista até 8 (oito) dias antes da data de realização de referida Assembleia.

**7.2** - Caso o acionista seja representado por procurador, o depósito do instrumento de procuração na sede social deverá ocorrer até 5 (cinco) dias antes da Assembleia Geral.

**7.3** - A Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Diretor-Presidente, se não houver a designação de que trata o item 9.2. O presidente da Assembleia Geral convidará até 2 (dois) dos presentes para secretariar os trabalhos.

**7.4** - A Assembleia Geral Ordinária, anualmente, por proposta do Conselho de Administração, fixará a verba máxima para a remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria, bem como poderá determinar, de forma eventual, mas não obrigatória, participação nos lucros nos casos, formas e limites legais. O Conselho de Administração deliberará sobre a remuneração dos administradores na forma do item 9.9, VIII.

#### **IV. ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 8** – São órgãos de administração da sociedade:

- a) o Conselho de Administração;
- b) a Diretoria.

**8.1** - O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada. A representação da sociedade é privativa dos Diretores, observado o item 10.12.

**8.2** - O prazo do mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é de 3 (três) anos, sendo admitida em ambos os casos a reeleição de seus membros. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria poderão permanecer em seus cargos até a posse dos novos membros eleitos.

**Art. 9 – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.** O Conselho de Administração é composto por 3 (três) membros, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, por Assembleia Geral, a qual designará também o Presidente desse órgão. Quando for o caso, em tais eleições será obedecido o disposto no artigo 141 da Lei de Sociedades por Ações.

**9.1** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração:

- a) representar o Conselho de Administração perante terceiros;

b) convocar, instalar e presidir as Assembleias Gerais;

c) sugerir aos demais membros do Conselho de Administração a orientação geral dos negócios sociais a ser transmitida à Diretoria; e

d) fornecer ao Conselho de Administração os elementos, dados e informações úteis à prática dos atos de sua competência, inclusive aqueles sobre a gestão da Diretoria.

**9.2** - O Presidente do Conselho de Administração terá a faculdade de designar um dos membros deste órgão para representar o Conselho de Administração perante terceiros, bem como para convocar, instalar e presidir as Assembleias Gerais.

**9.3** - Os membros do Conselho de Administração serão substituídos, em seus eventuais impedimentos ou ausências, por outro membro do Conselho de Administração, por eles indicado, dentre os demais membros do Conselho, mediante comunicação por carta, e-mail ou documento escrito equivalente, a ser recebida na sede social até o horário de início da reunião. A substituição poderá ocorrer para fins de formação de quórum ou para exercício do direito de voto. A acumulação de funções decorrentes da substituição não implicará na cumulação de honorários, vantagens, ou do direito de voto do substituído.

**9.4** - Em caso de vaga do cargo de membro do Conselho de Administração, o conselheiro substituto, designado pelo Conselho de Administração, assumirá e exercerá suas funções até a realização da próxima Assembleia Geral que, por sua vez, designará o conselheiro substituto que exercerá suas funções até o término do mandato do conselheiro sucedido. Se a vacância ocorrida for do cargo de Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral que nomear o conselheiro substituto deverá designar o novo Presidente do Conselho de Administração.

**9.5** - Considerar-se-á vago o cargo de membro do Conselho de Administração que, sem causa justificada, deixar de participar, consecutivamente, de mais de 2 (duas) reuniões do Conselho.

**9.6**- O Conselho de Administração reunir-se-á por convocação de seu Presidente ou da Diretoria, com 5 (cinco) dias corridos de antecedência dispensando-se esse prazo quando comparecer à reunião a totalidade de seus membros. Se assim convocado pelo Presidente do Conselho e quando presente a totalidade de seus membros, o Conselho de Administração poderá, ainda, se reunir por meio de teleconferência, vídeo conferência ou outros meios similares de comunicação, realizados em tempo real, sendo a reunião assim realizada considerada como ato uno.

**9.7** - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente do referido Conselho o voto de qualidade em caso de empate.

**9.8 - Compete ao Conselho de Administração:**

- I - fixar a orientação geral dos negócios da sociedade;
- II - eleger e destituir os Diretores, podendo determinar que um dos Diretores eleitos seja o Diretor Vice-Presidente da sociedade, se assim julgar necessário;
- III - fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar e solicitar informações sobre contratos e quaisquer outros documentos e assuntos;
- IV - manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- V - escolher e destituir os auditores independentes, bem como receber e analisar os relatórios, pareceres e quaisquer outros documentos por estes emitidos, determinando as providências cabíveis à Diretoria;
- VI - emitir parecer sobre quaisquer propostas ou recomendações da Diretoria à Assembleia Geral;
- VII - propor à Assembleia Geral a verba máxima para a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- VIII – distribuir, total ou parcialmente, a verba aprovada em Assembleia Geral entre seus membros e os membros da Diretoria, individualmente, observado o item 7.4;
- IX - autorizar a aquisição de ações da sociedade, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e, se for o caso, posterior alienação;
- X - no interesse da sociedade, alterar a instituição depositária das ações de sua emissão, ad referendum da Assembleia Geral que se realizar posteriormente;
- XI - autorizar a Diretoria, quando aplicável, a praticar os atos relacionados no item 10.9, letras “a” e “b”;
- XII - avocar, a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, o exame de qualquer assunto ou negócio que possa ser de interesse da sociedade.

**Art. 10 – DIRETORIA.** A sociedade será administrada por uma Diretoria constituída por 3 (três) membros, sendo um Diretor Presidente e dois Diretores, eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração. A critério do Conselho de Administração, um dos Diretores poderá ter o cargo de Diretor Vice-Presidente.

**10.1** – Caberá ao Diretor Presidente designar seu substituto ou o de qualquer outro Diretor nos casos de ausência ou impedimento eventual ou temporário. Não o fazendo, caberá à Diretoria tal designação.

**10.2** - No caso de não designação do Diretor substituto, na forma do item 10.1, ou em caso de vacância de cargo da Diretoria, caberá ao Conselho de Administração definir a substituição.

**10.3** - Considerar-se-á também vago o cargo de Diretor que, sem causa justificada, deixar de exercer as suas funções por mais de 15 (quinze) dias consecutivos.

**10.4** - As substituições previstas nos itens 10.1 e 10.2 ocorrerão em estrita consonância com o instrumento que as formalizar, o qual poderá prever a acumulação do direito de voto, inclusive o de qualidade, quando houver empate nas deliberações da Diretoria, e que fixará os honorários e demais vantagens do substituto.

**10.5** - A Diretoria reunir-se-á por convocação do Diretor-Presidente, com 5 (cinco) dias corridos de antecedência, dispensando-se esse prazo quando participar da reunião a totalidade de seus membros. Se assim convocada pelo Diretor Presidente e quando presente a totalidade de seus membros, a Diretoria poderá, ainda, se reunir por meio de teleconferência, vídeo conferência ou outros meios similares de comunicação realizados em tempo real, sendo a reunião assim realizada considerada como ato uno.

**10.6** - As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria dos membros desse órgão, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade, em caso de empate.

**10.7** - Qualquer membro da Diretoria terá o direito de indicar um de seus pares por carta, e-mail ou telegrama, a fim de representá-lo nas reuniões da Diretoria, seja para a formação de "quórum", seja para a votação. Igualmente, são admitidos votos por carta, e-mail ou telegrama, quando recebidos na sede social, até o horário de início da reunião.

**10.8** - Cada Diretor e a Diretoria são investidos de poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da sociedade, competindo-lhes ainda:

a) dirigir a Sociedade de forma diligente, em consonância com a legislação aplicável e o presente estatuto;

b) estabelecer as normas de condução dos negócios sociais, conforme a orientação do Conselho de Administração;

c) elaborar e apresentar o relatório da administração e as demonstrações contábeis/financeiras de cada exercício à Assembleia Geral, depois de submetidos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, se em funcionamento;

d) transigir, desistir, renunciar a direitos e firmar compromissos, no âmbito do art. 851 do Código Civil, em atividades correntes da sociedade;

e) cumprir e fazer cumprir o estatuto social, assim como as resoluções das Assembleias Gerais e do Conselho de Administração;

f) observar as diretrizes sobre a administração de Recursos Humanos da sociedade, inclusive sobre nomeação, demissão, promoção, contratação, suspensão e licenciamento de funcionários, em geral;

g) acompanhar a situação e o desempenho dos investimentos, os dividendos recebidos e pagos e manter o relacionamento com os seus acionistas e das empresas investidas;

h) acompanhar a observância das empresas investidas às regras estabelecidas pelas autoridades competentes, especialmente pelo Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários.

**10.9** – Além dos poderes descritos no item 10.8, a Diretoria também é investida dos poderes abaixo, desde que prévia e devidamente autorizada pelo Conselho de Administração na forma do item 9.9, XI:

a) adquirir, onerar e alienar bens imóveis e participações societárias, bem como quaisquer outros itens do ativo permanente;

b) em operações que não sejam compatíveis com as atividades da sociedade, contrair empréstimos, outorgar avais e outras garantias, bem como transigir, desistir, renunciar a direitos e firmar compromissos no âmbito do art. 851 do Código Civil.

**10.10-** Compete privativamente ao Diretor Presidente:

a) representar a sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, especialmente para receber citação inicial e prestar depoimento pessoal, sendo a ele facultado designar e constituir procurador especial para estas duas últimas hipóteses;

b) instalar e presidir as Assembleias Gerais dos acionistas, se ausente o Presidente do Conselho de Administração e se não houver a designação de que trata o item 9.2;

c) presidir as reuniões da Diretoria, cabendo a ele o voto de qualidade quando houver empate nas deliberações;

d) dirigir e coordenar todos os negócios e operações da sociedade realizados tanto pela Diretoria quanto pelas áreas comerciais, operacionais e administrativas;

e) atribuir atividade ou função específica a qualquer dos membros da Diretoria;

f) estabelecer as diretrizes sobre a administração de Recursos Humanos da sociedade, inclusive sobre nomeação, demissão, promoção, contratação, suspensão e licenciamento de funcionários, em geral, fixando-lhes os vencimentos.

**10.11** - Compete ao Diretor Vice-Presidente, caso haja tal designação, todas as atividades de competência de Diretor, bem como quaisquer outras que lhe forem designadas pelo Diretor-Presidente.

**10.12** - Observado o disposto no item 10.13, a sociedade considerar-se-á obrigada quando representada:

a) conjuntamente, por 2 (dois) Diretores;

b) conjuntamente, por um Diretor e um procurador, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem;

c) conjuntamente, por 2 (dois) procuradores, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem;

d) singularmente, por um procurador, quando assim for designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele se contiverem.

**10.13** - Nos atos de constituição de procuradores, a sociedade somente poderá ser representada:

a) pelo Diretor Presidente, conjuntamente com outro Diretor, quando o mandato for outorgado para a prática de qualquer dos atos a que se refere o item 10.9;

b) conjuntamente, por 2 (dois) Diretores, quando o mandato for outorgado para a prática de atos ordinários de representação da sociedade.

## **V. CONSELHO FISCAL**

**Art. 11** – O Conselho Fiscal é órgão não permanente, com as atribuições e poderes que a lei lhe confere, e só será instalado pela Assembleia Geral Ordinária a pedido dos acionistas na forma do artigo 161, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações.

**11.1** - Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros, e igual número de suplentes respectivos. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os elegeu.

**11.2** - Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, nos seus impedimentos ou faltas, pelos respectivos suplentes.

**11.3** - Em caso de vaga do cargo de membro do Conselho Fiscal, e sempre antes do início de qualquer reunião do Conselho, o suplente do conselheiro a ser substituído assumirá e exercerá suas funções até o término do mandato do sucedido.

**11.4** - Considerar-se-á vago o cargo de membro do Conselho Fiscal que, sem causa justificada, deixar de participar, consecutivamente, de mais de 2 (duas) reuniões do Conselho.

## **VI - BALANÇO, LUCROS E SUA APLICAÇÃO**

**Art.12** – O exercício social terá início em 01 de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando serão preparadas as demonstrações contábeis/ financeiras, com observância das determinações legais, regulamentares e estatutárias.

**12.1** - Do resultado do exercício social e antes de qualquer participação, serão deduzidos os prejuízos acumulados registrados no Patrimônio Líquido e a provisão para o Imposto sobre a Renda.

**12.2** - O lucro líquido do exercício a ser apresentado para a Assembleia Geral Ordinária conforme item 12.4 será o que remanescer do resultado do exercício depois de deduzidos os prejuízos acumulados, a provisão para o Imposto sobre a Renda e as participações de que trata o art. 190 da Lei das Sociedades por Ações, deduzindo-se ainda a Contribuição Social (CSLL).

**12.3** - Será levantado balanço semestral em 30 de junho de cada ano.

**12.4** – Anualmente, junto às demonstrações contábeis/ financeiras do exercício, os órgãos da administração apresentarão à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido apurado no respectivo exercício, calculado na forma do item 12.2, obedecendo a seguinte ordem:

- a) 5% (cinco por cento) para a Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) valores que puderem ser destinados às Reservas para Contingências, quando os órgãos de administração assim entenderem apropriado;
- c) valor necessário ao pagamento de dividendos e/ ou juros sobre o capital próprio na forma disposta no art. 6;

d) valor para constituição de Reserva de Lucros a Realizar igual ao excesso, se houver, do dividendo obrigatório sobre o lucro líquido realizado, nos termos dos artigos 197 e 202 da Lei das Sociedades por Ações.

**12.5** - Após a destinação e/ ou o pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio previstos no art. 6, o saldo do lucro líquido, se houver, terá o destino que, por proposta da Diretoria, com parecer favorável do Conselho de Administração, for deliberado pela Assembleia Geral Ordinária, conforme a seguir:

a) até 90% (noventa por cento) à Reserva para Aumento de Capital, com a finalidade de manter adequadas condições operacionais, observado o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social;

b) o remanescente à Reserva Especial para Dividendos, observado o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.

**12.6** - A soma das reservas provenientes de lucros auferidos e lucros suspensos, inclusive a reserva legal, exceto as reservas para contingência de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social; atingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social, ou na distribuição de dividendos.

**12.7** - Os balanços serão auditados por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliários. Tais auditores serão escolhidos e/ou destituídos pelo Conselho de Administração, observado, quando for o caso, o disposto no parágrafo 2º do artigo 142 da Lei de Sociedades por Ações.

## **VII. LIQUIDAÇÃO**

**Art. 13** – A sociedade entrará em liquidação nos casos legais, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante.

\*\*\*\*\*